

## **Vender história? A posição do CPDOC no mercado das memórias\***

Verena Alberti\*\*

Ultimamente tem crescido muito o interesse de instituições e do público em geral pela história, ou melhor, por diferentes formas de resgate do passado, em sua maioria plasticamente atraentes, que se multiplicam na exata proporção em que cresce o número de entidades - empresas, associações, comunidades - preocupadas com suas "memórias". Este trabalho pretende discutir, de um lado, em que consiste esse interesse e a que tipo de demanda ele vem responder e, de outro, qual a experiência e a atuação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) nesse terreno. Como pano de fundo repousa a questão sobre as fronteiras entre aquilo que se poderia chamar "história acadêmica" e a história "feita para o mercado".

### **1. O interesse crescente pela história**

A aproximação do fim do milênio produz um "espírito milenarista" duplamente marcado. De um lado, um certo fascínio pelo *fim* - o fim da história, o fim da modernidade - e pelo desconhecido que sucederá; de outro, um retorno ao passado, que, embora em parte desconhecido, não implica riscos. Essa é talvez a posição em que nos encontramos atualmente e que possivelmente justifica tanto o fascínio pela pós-história quanto o sucesso da história.<sup>1</sup>

As formas de retorno ao passado que se verificam hoje em dia têm um componente relativamente novo, que é sua plasticidade. Fotografias, sons, filmes, caricaturas, mobiliário e objetos em geral povoam museus, exposições, programas de televisão e livros de edição cuidadosa. Não interessa tanto "desvendar" e interpretar o passado, e sim resgatar partes dele, fazê-las reviver fora de seu contexto original, em um mercado de bens culturais, onde elas adquirem novas funções: ativar os sentidos de

---

\* Trabalho apresentado à mesa "Empresas de pesquisa histórica", do II Congresso Brasileiro de História Econômica e III Conferência Internacional de História de Empresas, realizada em Niterói, Universidade Federal Fluminense, de 13 a 16 de outubro de 1996.

\*\* Historiadora, coordenadora do Setor de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS-UFRJ), e doutora em Literatura pela Universidade de Siegen (Alemanha).

<sup>1</sup> Tomo emprestada essa introdução ao professor Hans Ulrich Gumbrecht, da Universidade de Stanford (EUA), que evocou justamente o "espírito milenarista" no início de seu curso "Pós-histórico e pós-hermenêutico", ministrado no Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em maio de 1996.

espectadores, leitores e ouvintes e, dependendo do caso, de clientes e funcionários, com o intuito de aumentar a produtividade de empresas e de promovê-las no mercado.<sup>2</sup>

O historiador Henri Rousso, diretor do Institut d'Histoire du Temps Présent (IHTP-CNRS), quando esteve no Brasil, em maio deste ano, para participar do III Encontro Nacional de História Oral realizado em Campinas, chamou a atenção justamente para esse *boom* da história. Segundo ele, a televisão francesa estava produzindo cada vez mais programas de história, mormente sobre a Segunda Guerra Mundial, e cogitava-se da inauguração de um canal de TV a cabo exclusivamente voltado para a história. Como não podia deixar de ser, o requisito para que um assunto fosse tratado nessas produções era a existência de material sonoro e iconográfico, sem o qual evidentemente não teria atrativo em um meio como a televisão.<sup>3</sup>

Essa nova modalidade de relação com o passado, em que se privilegia sua “materialidade”, em detrimento de sua interpretação, pode ser relacionada com uma certa falência do paradigma hermenêutico de apreender o mundo. Não são tanto os significados subjacentes aos documentos ou a necessidade de preencher as lacunas de sentido deixadas pelos restos do passado que interessam, e sim os próprios restos, sua plasticidade pura e simples.<sup>4</sup> Por outro lado, contudo, é inegável que esse *boom* da história constitua também a busca de um *sentido* para o passado e, conseqüentemente, de um sentido para o presente.

Tomemos como exemplo o caso das biografias ou memórias, que têm se mostrado um verdadeiro fenômeno editorial nos últimos anos. De um lado, a atividade do espírito na biografia é um movimento de busca de significados que possam dar conta do sentido de uma vida e, em certa medida, da vida em geral. A biografia tende a produzir a síntese de uma trajetória de vida, fixando seu sentido e construindo uma identidade para o biografado.<sup>5</sup> De outro lado, as biografias ou memórias são também exemplo daquela plasticidade que marca as formas atuais de resgate do passado. Ao invés de ser solicitado a refletir sobre estruturas ou a deduzir realidades através da interpretação de documentos, o leitor de biografias e memórias é convidado a percorrer acontecimentos, conjunturas, paisagens e situações do passado através das experiências de um indivíduo concreto. As emoções, as idas e vindas e os conflitos de uma história de vida podem ser tão atrativos como os enredos de alguns romances: o leitor não larga

---

<sup>2</sup> Sobre o emprego da história na elaboração de produtos de marketing e como estratégia de integração de funcionários, ver, por exemplo, “Empresas usam memória como apoio à gestão”, *Gazeta Mercantil*, 27.5.1996, e “No túnel do tempo: empresas investem na criação de seus acervos históricos para ensinar e motivar funcionários”, *Isto É*, 12.6.1996.

<sup>3</sup> A palestra do professor Henri Rousso deverá ser publicada brevemente pela Universidade de Campinas, nos anais do III Encontro Nacional de História Oral. Enquanto isso, é possível encontrar discussão semelhante em seu artigo “A memória não é mais o que era”, em Marieta de Moraes Ferreira & Janaína Amado (org.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 93-101.

<sup>4</sup> Tomo aqui a falência do paradigma hermenêutico com base no que foi exposto no curso do professor Gumbrecht mencionado na nota 1: a ênfase sobre a superfície e a matéria, em detrimento da profundidade e do conteúdo. Sobre essa questão, ver o próximo livro do professor Gumbrecht, *Non-hermeneutics* (no prelo), e meu artigo “A existência na história: revelações e riscos da hermenêutica”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC, n. 17, 1996.

<sup>5</sup> Sobre esse processo de fixação do sentido, especialmente na autobiografia, ver meu artigo “Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC, n. 7, 1991.

o livro enquanto não chega ao fim e assim vai consumindo o passado, transformado em mercadoria.

Que tipo de interesse pelo passado é este e como ele se diferencia (ou não) do interesse do historiador *stricto sensu*? Henri Rousso, em palestra proferida no CPDOC em 30 de abril deste ano, buscou estabelecer uma definição. A memória produzida pelo historiador, disse ele com razão, é mais uma entre as que são oferecidas no mercado das memórias, mas isso não quer dizer que possamos abrir mão daquilo que a torna específica, isto é, o universo de regras acadêmicas que todos conhecemos, ou deveríamos conhecer. Entre as formas de resgate do passado, não há preeminência de uma sobre as demais, todas são perfeitamente legítimas, pois todos têm direito de construir suas memórias. Entretanto, quando ao resgate do passado se alia o interesse do historiador, pressupõe-se que sejam respeitados procedimentos acadêmicos, como crítica às fontes e domínio da literatura analítica reconhecida na área, o que é perfeitamente dispensável em uma autobiografia, por exemplo. Esta pode ser uma primeira pista na discussão sobre as fronteiras entre uma história “acadêmica” e uma história “feita para o mercado”, entendendo-se, contudo, que o trabalho do historiador também disputa espaço no mercado cultural.

## **2. A posição do CPDOC**

Se o CPDOC hoje faz parte do conjunto de “empresas produtoras de história”, não há dúvida de que sua marca representa, no mercado das memórias, um crivo acadêmico: as empresas, comunidades e instituições que o contratam o fazem porque pretendem imprimir uma “fidedignidade histórica” aos produtos oferecidos. Esse raciocínio tem fundamento, porque o CPDOC sempre se preocupou com a formação acadêmica de seus pesquisadores. Hoje somos 12 doutores, 10 mestres (7 deles doutorandos), três mestrandos e apenas três graduados, sendo que estes últimos têm mais de dez anos de casa e, portanto, são todos detentores de notório saber no que diz respeito às práticas de trabalho da instituição. As áreas de formação e de pós-graduação são diversificadas, garantindo o exercício efetivo da multidisciplinaridade: história, sociologia, ciência política, antropologia, arquivologia e literatura. Além disso, os pesquisadores do CPDOC estiveram e estão presentes em associações acadêmicas de ciências sociais (ANPOCS, ABA, SBS) e história (ANPUH, ABHO), assim como na SBPC, em graus diferentes.

A própria trajetória do centro reforça o valor de sua marca: com 23 anos de existência e com uma produção intelectual que compreende mais de 700 títulos, entre livros, artigos, ensaios etc., a instituição é reconhecida no Brasil e no exterior como centro de excelência nas áreas de documentação, pesquisa e história oral.

Criado em 1973, o CPDOC começou suas atividades de pesquisa e documentação em torno dos arquivos privados de Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha, Gustavo Capanema e de outros membros da geração de políticos ligados ao governo Vargas. Em 1975, começaram a ser gravadas as primeiras entrevistas do Setor de História Oral, no contexto do projeto “Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras”. Com o tempo, o Setor foi abarcando novos tipos de depoentes, isto é, não só membros das elites políticas, mas outros atores e testemunhas de acontecimentos e conjunturas da história contemporânea do Brasil. Hoje nós temos 110 arquivos, com

cerca de 1,5 milhão de documentos, entre documentos textuais, fotografias, filmes, livros e folhetos, e cerca de 400 entrevistas, que totalizam aproximadamente 3.000 horas de gravação. Pelas próprias características de nosso acervo, tornamo-nos especialistas no tratamento de arquivos privados de homens públicos e na constituição de acervos de entrevistas de história oral, duas áreas nas quais passamos a prestar assessorias técnicas, com o desenvolvimento de projetos e convênios.

A prestação de assessorias e o desenvolvimento de convênios aumentou à medida em que crescia a necessidade do CPDOC complementar seu orçamento. Se, nos seus primeiros 18 anos de existência, o centro viveu basicamente de recursos da Fundação Getúlio Vargas (que, por sua vez, provinham da União) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Finep, nos últimos anos, com a drástica redução das dotações estatais, somos obrigados, cada vez mais, a oferecer nossos serviços no mercado das memórias. Ao mesmo tempo, como em nenhum país no mundo a pesquisa científica - mesmo a de ciências exatas - sobrevive sem a subvenção estatal, continuamos a recorrer assiduamente a agências de financiamento como a Finep, a Fundação Ford, o CNPq, a Capes, a Faperj e a Fundação Vitae, para o apoio a projetos de pesquisa, bolsistas, equipamentos, passagens e diárias e a publicação da revista *Estudos Históricos*. Esses recursos não são contudo suficientes para garantir o funcionamento da instituição, razão pela qual também nos tornamos empresa produtora de história, aproveitando o *boom* da história e das memórias.

Até o momento, nossos “clientes” têm sido sobretudo empresas ou instituições estatais: Eletrobrás, Petrobrás, Banco Central do Brasil, BNDES, Ministério das Relações Exteriores, Centro Cultural Banco do Brasil, IBGE, Senado Federal, entre outras. Mas também trabalhamos com empresas ou instituições privadas, como é o caso da Golden Cross e da Klabin.

Acredita-se, em geral, que empresas ou instituições estatais não têm tanta ingerência sobre o resultado de trabalhos de pesquisa e documentação como talvez seja o caso de instituições privadas. Segundo artigo da *Gazeta Mercantil*, por exemplo, um editor de livros de história empresarial teria comentado a necessidade de “contornar fatos constrangedores”, uma vez que publicava textos autorizados.<sup>6</sup> Não acredito, contudo, que haja diferenças substanciais entre atender a uma encomenda de instituição pública ou privada. No CPDOC, ao menos, nunca houve necessidade de “contornar fatos”, e, mesmo que isso fosse solicitado, temos como princípio estabelecer o respeito a todo texto de nossa autoria ou responsabilidade.

Mais delicado do que contornar fatos talvez seja a necessidade de contornar *expectativas*. É o caso, por exemplo, de uma experiência relatada pelo professor Henri Rousso. Segundo Rousso, o IHTP, especializado na história da Segunda Guerra Mundial, recebeu uma encomenda da Associação Francesa de Ciganos, de desenvolver uma pesquisa sobre a deportação de ciganos para campos de concentração durante a ocupação da França pelos nazistas. Num claro movimento de resgate da memória dos ciganos, a Associação solicitava dados concretos sobre a quantidade e o destino dos deportados e a situação geral dos ciganos como alvos dos nazistas, ao lado de judeus, comunistas e deficientes. Que os ciganos tinham sofrido as mesmas violências que os

---

<sup>6</sup> Ver o artigo da *Gazeta Mercantil* de 27.5.1996, citado na nota 2.

judeus durante a ocupação alemã era fato reconhecido em todo meio acadêmico. Qual não foi a surpresa dos responsáveis pela pesquisa, entretanto, ao constatarem que nem um único cigano havia sido deportado para campos de concentração fora da França durante a Segunda Guerra Mundial! Diante da estranheza do resultado, os levantamentos foram refeitos e os dados, confirmados. É claro que o IHTP não inventou, em seguida, informações sobre deportados apenas para satisfazer a expectativa de seu cliente, mas teve de usar de muito tato para transmitir o resultado de sua pesquisa. O caso era ainda mais delicado diante de algumas tendências da historiografia européia de colocar em dúvida a própria existência dos campos de concentração, numa espécie de revisionismo negacionista, isto é, preocupado em negar as atrocidades da Segunda Guerra Mundial. Afirmar, nesse quadro, que nenhum cigano havia sido deportado pelos nazistas era sem dúvida muito delicado.

O exemplo dos ciganos serve para mostrar que os centros de pesquisa e a própria história como disciplina podem tirar bastante proveito de estudos encomendados. Não fosse a iniciativa da Associação de Ciganos, a idéia da deportação, tida como certa em todo o meio intelectual e político, continuaria vigorando por algum tempo, pelo menos até que fosse eleita como objeto de estudo de alguma pesquisa acadêmica. Nesse sentido, desde que se cumpram os critérios de fidelidade às fontes e de respeito à metodologia científica, não há por que desmerecer uma encomenda de trabalho de pesquisa ou documentação feita por uma instituição privada.

### **3. Benefícios da produção de histórias por encomenda**

Ancorado que está às regras acadêmicas de condução de pesquisas e de atividades de documentação, o CPDOC vem conseguindo, até o momento, conciliar sua base “científica” com os projetos e convênios em que “vende história”. Essa circunstância permite concluir que, tomadas as devidas precauções, o crescimento do mercado das memórias só tende a ser positivo.

Em primeiro lugar, porque os projetos desenvolvidos geralmente trazem uma contribuição importante para a pesquisa nas ciências humanas. Assim, por exemplo, no caso do CPDOC, em todo convênio que inclui a gravação de entrevistas de história oral, tornamos claro que os depoimentos produzidos passarão a fazer parte de nosso acervo, estando disponíveis para a consulta de pesquisadores externos. Desse modo, independente do resultado do convênio - seja ele um livro, seja ele uma edição das entrevistas realizadas -, a comunidade acadêmica passa a dispor de um material documental, produzido de acordo com as normas do CPDOC, que pode ser de grande valor para pesquisas futuras. No caso de convênios que têm por objeto a organização de arquivos históricos, nossa intenção é também tornar acessíveis à pesquisa histórica e de ciências humanas documentos em geral pouco disponíveis, preservando sua relação com o fundo de que fazem parte. Organizar um arquivo é, para nós, tornar acessível aquilo que foi acumulado por instituições ou pessoas ao longo do tempo e que espelha suas atividades, seus interesses e sua relação com outras instituições e pessoas, sempre respeitando o caráter orgânico do arquivo. Desse modo torna-se possível, a nosso ver, reconstituir a história de instituições e de pessoas a partir de diversas perspectivas de abordagem.

Em segundo lugar, não há dúvida de que a produção de histórias para o mercado traz consigo a vantagem de divulgação muito mais ampla do que se a restringíssemos ao mundo da academia. Se mais pessoas passam a ter acesso a imagens, sons e textos do e sobre o passado, inevitavelmente haverá uma ampliação do conhecimento, talvez acompanhada de um aumento de interesse pelas formas de vida do passado.

Finalmente, a elaboração de histórias por encomenda torna mais ágeis as pesquisas históricas e a produção de resultados. Isso não quer dizer que a qualidade dos trabalhos seja necessariamente inferior àquela de pesquisas de longo prazo. Ao contrário: trata-se, para nós, profissionais das áreas de ciências humanas, de desenvolver um novo ritmo de trabalho, aperfeiçoando o planejamento e a articulação da equipe, para garantir bons resultados em curtos períodos de tempo. No universo da produção de história para o mercado, não cabe mais aquela imagem caricatural do pesquisador ocupado com investigações infundáveis, custeadas por órgãos públicos e com resultados parcos ou defasados. Nesse sentido, não é inoportuno lembrar que outra conjuntura, além do espírito milenarista, é responsável pelo atual interesse pelo mercado das memórias: o recuo do Estado de seu papel de agente de fomento à pesquisa científica. Ou será outra a razão pela qual um congresso sobre história de empresas tenha hoje em seu programa uma mesa sobre empresas de história?